

# Guia de Transparência Ativa

Diretoria Central de Transparência Ativa



# Contents

<b>1</b>	<b>Guia de Transparência Ativa</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>DIRETRIZES PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS</b>	<b>11</b>
4.1	Menu Transparência . . . . .	11
4.2	Serviço de Informações ao Cidadão . . . . .	12
4.3	Informações classificadas e desclassificadas . . . . .	13
4.4	Programas e Ações . . . . .	14
4.5	Obras Públicas . . . . .	16
4.6	Despesas e receitas . . . . .	17
4.7	MULTAS (TÓPICO ESPECÍFICO PARA DETRAN/MG) . . . .	18
4.8	CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (TÓPICO ESPECÍFICO PARA SEF/MG) . . . . .	19
4.9	Compras e Contratos . . . . .	20
4.10	PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS ENVIADOS PARA O TCE/MG (TÓPICO ESPECÍFICO) . . . . .	22
4.11	Convênios, Repasses e Transferências . . . . .	23
4.12	Doações, Comodatos e Cooperações (TÓPICO ESPECÍFICO) .	24
4.13	Pessoal . . . . .	25
4.14	Dados Abertos . . . . .	26
4.15	Participação Social . . . . .	27

4.16	Convênios de Entrada de Recursos . . . . .	28
4.17	Bens e Serviços . . . . .	29
<b>5</b>	<b>DISPOSITIVOS LEGAIS</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>FERRAMENTAS E ASPECTOS TECNOLÓGICOS DOS SÍ- TIOS INSTITUCIONAIS</b>	<b>33</b>

## Chapter 1

# Guia de Transparência Ativa

Guia de Publicação do menu Transparência do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, elaborado pela Diretoria de Transparência Ativa - DTA/CGE para orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual quanto as normas de divulgação de informações públicas espontâneas nos seus sítios eletrônicos, tendo por base a Lei Federal 12.527/2011, o Decreto Estadual nº 45.969/2012 e a Resolução SEPLAG nº 29/2016.



## Chapter 2

# INTRODUÇÃO

Este guia tem como objetivo auxiliar os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na implementação do Menu *Transparência*, conforme previsto no art. 8º, inc. VI do Decreto nº 45.969/2012.

A Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), que regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal de 1988, estabelece no art. 8º que ***“É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”***.

No âmbito estadual, a transparência ativa foi regulamentada por meio do Decreto nº 45.969, de 24 de maio de 2012. O capítulo II do Decreto, que é dedicado à transparência ativa, determina a divulgação espontânea (independente de requerimento) de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Minas Gerais, e define parâmetros a serem adotados no Portal da Transparência do Estado e nos sítios institucionais dos órgãos e entidades.

A Resolução SEPLAG nº 29/2016 estabelece as diretrizes para a estruturação, a elaboração, a manutenção e a administração de sítios eletrônicos de informação de serviços públicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. No que tange à transparência, ela detalha os requisitos mínimos que devem ser atendidos pelos órgãos e entidades, incluindo a especificação de quais informações devem constar no botão *Transparência* dos sítios institucionais.

Assim, a intenção deste Guia de Publicação do menu *Transparência* dos sites oficiais do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais é oferecer ao cidadão um padrão que facilite a navegação em todos os sítios eletrônicos, permitindo uma rápida localização e obtenção das informações desejadas.

Além disso, a divulgação espontânea do maior número possível de informações, além de facilitar o acesso, também é vantajosa porque tende a reduzir as demandas sobre o assunto nos canais de transparência passiva, minimizando o trabalho e os custos de processamento e gerenciamento dos pedidos de acesso.

Tendo em vista as exigências previstas nas normas supramencionadas, reforça-se a importância de os órgãos e entidades revisarem e incrementarem o conteúdo do menu *Transparência* de seus sítios eletrônicos. A Controladoria-Geral do Estado (CGE), por meio da Superintendência Central de Transparência Ativa, coloca-se à disposição para esclarecer dúvidas sobre as regras e diretrizes definidas neste guia.



## Chapter 3

# ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

A divulgação de dados e informações de forma espontânea relativas à Lei de Acesso à Informação deve ser feita em seção específica denominada *Transparência*, e disponibilizada na **página inicial** dos sítios institucionais dos órgãos e entidades.

A nomenclatura e a disposição dos itens do menu **Transparência** devem seguir a estrutura abaixo :

- Serviço de Acesso à Informação
- Informações Classificadas e Desclassificadas
- Perguntas Frequentes
- Ações e Programas
- Receitas e Despesas
- Compras e Contratos
- Obras Públicas
- Convênios, Repasses e Transferências
- Doações, Comodatos e Cooperações
- Pessoal
- Concursos Públicos
- Dados Abertos

- Participação Social

Os órgãos e entidades deverão seguir a estrutura estabelecida para o menu ***Transparência***, com o objetivo de criar um local único e padronizado que concentre as informações mínimas e necessárias de modo a facilitar a localização da informação pelo cidadão.

Todos os itens obrigatórios devem ser criados, ainda que não haja conteúdo a ser divulgado. Nesse caso, deve-se criar o item e nele informar, de maneira explícita, que não há, até o momento, conteúdo a ser publicado.

Serão apresentados para cada seção do menu: - Objetivos - Impactos desejados - Legislação - Frequência de atualização - Texto Padrão

Este guia deve ser utilizado junto com o ***checklist*** a ser disponibilizado pela Controladoria Geral do Estado, por meio da Subcontroladoria de Transparência e Integridade.

## Chapter 4

# DIRETRIZES PARA DISPONIBILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Todos os itens constantes do menu *Transparência* deverão conter um texto explicativo. As sugestões de textos apresentadas poderão ser utilizadas pelos órgãos e entidades que assim desejarem.

### 4.1 Menu Transparência

#### 4.1.1 Objetivo:

- criar um local único e padronizado que concentrem as informações mínimas e essenciais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual para divulgação de maneira ativa, sobretudo daquelas definidas em lei.

#### 4.1.2 Impactos Esperados:

- Diminuir demandas de acesso à informação;
- Padronizar a interface de relacionamento com o cidadão;
- Aumentar a satisfação da sociedade com o fornecimento de informações íntegras e atualizadas;
- Aumentar o controle social.

### 4.1.3 Legislação:

- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 8º, inc. VI;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 9º, inc. II, alínea g.

### 4.1.4 Frequência de atualização:

- Não se aplica

### 4.1.5 Texto Padrão:

Está seção reúne e divulga, de forma espontânea, dados do(a) (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE) que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determinação da Lei Federal nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011 e demais legislações que tratam do assunto.

No Menu Transparência estão disponíveis as informações mínimas sobre serviços de informação ao cidadão, informações classificadas e desclassificadas, ações e programas, receitas e despesas, compras e contratos, convênios, repasses e transferências, doações, comodatos e cooperações, pessoal e concursos públicos, acessos aos dados abertos e informações sobre participação social.

## 4.2 Serviço de Informações ao Cidadão

### 4.2.1 Objetivo

- Informar ao cidadão sobre como fazer o pedido de acesso à informação e como obter os relatórios estatísticos com a quantidade de pedidos de acesso à informação do órgão e entidade.

### 4.2.2 Impactos Esperados

- Organizar e facilitar o procedimento de acesso à informação tanto para o cidadão quanto para a Administração Pública.

### 4.2.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 10 a 14;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 9º, 10 e art. 45, inc. III e IV;

- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 12 e 13, art. 46, inc. III e IV;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. V.

#### 4.2.4 Frequência de atualização

- Sempre que houver alteração na legislação do e-SIC.
- Periodicamente, verificar os links de acesso ao e-SIC

#### 4.2.5 Texto Padrão

Nesta seção, são divulgadas informações sobre o Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato no âmbito do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

Em Minas Gerais, os pedidos de acesso à informação são feitos por meio do Sistema Eletrônico de Acesso à Informação – e-SIC, que permite a solicitação e o acompanhamento dos pedidos e recursos.

As solicitações também podem ser realizadas por meio do telefone 155 (ligação gratuita), ou ainda presencialmente em qualquer Posto Uai.

Para acessar aos relatórios estatísticos com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos, assim como informações estatísticas agregadas, consulte os Relatórios Gerenciais da Lei de Acesso à Informação.

Responsável pelo monitoramento: - Nome - Telefone - E-mail \*

### 4.3 Informações classificadas e desclassificadas

#### 4.3.1 Objetivo

- Atender o disposto no art. 45, inc. I e II do Decreto Federal nº 7.724/2012.

#### 4.3.2 Impactos Esperados

- Informar ao cidadão o rol de informações classificadas em grau de sigilo
- Informar ao cidadão o rol de informações desclassificadas nos últimos 12 meses.

### 4.3.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 24 e 30;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 45, inc. I e II;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art 46, inc. I e II;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. VII e art. 26, inc. VIII.

### 4.3.4 Frequência de atualização

- Anualmente: em 1º de junho.
- E sempre que houver alteração nas informações classificadas e desclassificadas.

### 4.3.5 Texto Padrão

Espaço reservado para a divulgação das informações do(a) (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE) classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo definidos no art. 24 da Lei nº 12.527/2011, em cumprimento ao disposto nos incisos I e II, do art. 45 do Decreto Federal nº 7.724/2012.

Acesse as informações classificadas e desclassificadas do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE) - Link para documento elaborado pelo órgão ou entidade, conforme orientações da Diretoria Central de Transparência Passiva da Controladoria Geral do Estado.

- Na ausência de informações classificadas ou desclassificadas, o órgão ou entidade deverá informar que no momento não existe conteúdo a ser publicado.

O (a) não teve informações classificadas ou desclassificadas nos graus de sigilo reservada, secreta e ultrassecreta, definidos no art. 23 da Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), no período (informar a última data de atualização)

## 4.4 Programas e Ações

### 4.4.1 Objetivo

- Divulgar todos os instrumentos de planejamento, bem como a relação dos programas e ações do órgão ou entidade juntamente com informações que permita o seu acompanhamento, conforme orientações do inc. V, §1º, art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011.

#### 4.4.2 Impactos Esperados

- Permitir o acompanhamento por parte do cidadão dos programas e ações do órgão ou entidade, por meio da disponibilização das informações referentes aos programas e ações vigentes do órgão/entidade, assim como sobre os responsáveis pelos programas, e relatórios que permitam o acompanhamento de suas metas físicas e financeiras.
- Informar ao cidadão os instrumentos de planejamento: PPAG, LDO, LOA.

#### 4.4.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 8, §1º, inc. V;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. II;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 7º, inc. III e art. 8º, inc. VII;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. II e art. 26, inc. II.

#### 4.4.4 Frequência de atualização

- Anualmente: para a legislação que trata dos instrumentos de planejamento (PPAG, LDO, LOA).
- Bimestralmente: para as informações sobre Ações e Programas.
- Periodicamente, verificar os links de acesso ao Portal da Transparência

#### 4.4.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas as informações dos programas e ações vigentes do(a) (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE) no ano de XXXX, bem como os instrumentos de planejamento e orçamento do Governo do Estado de Minas Gerais: PPAG, LDO e LOA.

Acesse os dados e informações acerca dos programas e ações vigentes no Estado de Minas Gerais, incluindo o do(a) (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE).

**Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG):** é o instrumento orientador do planejamento da administração pública de médio prazo. Define qual será o escopo de atuação do Estado para um período de quatro anos, refletido nos programas e ações de governo, com suas respectivas metas físicas e orçamentárias, que serão executados durante esse período.

Acesse o PPAG na íntegra e os documentos relacionados.

**Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** estabelece quais programas e ações do PPAG serão prioridade, bem como as regras para

a elaboração do orçamento e as metas fiscais (projeção da receitas e despesas totais) para os próximos três anos.

Acesse a LDO na íntegra e os documentos relacionados.

**Lei Orçamentária Anual (LOA):** detalha os valores (receitas e despesas) definidos para o conjunto de programas e ações do PPAG. Especifica os recursos que irão financiar cada ação e as respectivas despesas.

Acesse a LOA na íntegra e documentos relacionados.

## 4.5 Obras Públicas

### 4.5.1 Objetivo

- Cumprir o que determina a Lei Estadual nº 23.386/2019 referente a divulgação de informações pelos órgãos e entidades, em seus sítios eletrônicos sobre as obras públicas cuja **execução** esteja em andamento.

### 4.5.2 Impactos Esperados

- Permitir o acompanhamento por parte do cidadão das obras públicas em andamento, favorecendo a fiscalização da atividade governamental.

### 4.5.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 8, §1º, inc. V;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. II;
- Lei Estadual nº 23.386/2019.

### 4.5.4 Frequência de atualização

- Imediatamente após o início da obra: cópia do contrato e dos termos aditivos, e cópia do projeto básico e do projeto executivo da obra;
- Trimestralmente: relatório de execução da obra, contendo fotografias, cronograma previsto e realizado, medições realizadas e pagamentos autorizados e efetuados.

### 4.5.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas as informações sobre as obras públicas em andamento no(a) (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE).



Obra	Objeto	Termo	Projeto	Projeto	Relatório
		ContratoAditivo	Básico	Executivo	Trimestral

Dados da Tabela: - Obra (nº da obra) - Objeto (informar o objeto da obra) - Contrato (número do contrato e link para acesso ao contrato) - Termo Aditivo (número e link para acesso ao documento) - Projeto Básico (link para acesso ao documento) - Projeto Executivo (link para acesso ao documento) - Relatório Trimestral (número e link para acesso ao relatório)

## 4.6 Despesas e receitas

### 4.6.1 Objetivo

- Disponibilizar informações detalhadas e atualizadas diariamente sobre a execução orçamentária e financeira, bem como sobre suas receitas previstas e arrecadadas.

### 4.6.2 Impactos Esperados

- Permitir o acompanhamento diário da evolução das receitas e despesas do Estado de Minas Gerais.

### 4.6.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 8, §1º, inc. III;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. IV;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 7º, inc. V;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 26, inc. III.

### 4.6.4 Frequência de atualização

- Periodicamente, verificar os links de acesso ao Portal da Transparência.

### 4.6.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações sobre a previsão e arrecadação da receita pública e execução orçamentária e financeira do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

**Despesa pública:** É a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento.

- Acesse as despesas públicas estaduais, incluindo as do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

**Receita pública:** Montante em dinheiro recolhido pelo Estado em virtude de arrecadação via impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos.

- Acesse as receitas públicas estaduais, incluindo as do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

**OBSERVAÇÃO:** Na ausência de receitas arrecadadas pelo próprio órgão/entidade, o órgão ou entidade deverá informar que no momento não existe conteúdo a ser publicado e direcionar para a consulta “Receita” do Portal da Transparência.

## 4.7 MULTAS (TÓPICO ESPECÍFICO PARA DETRAN/MG)

### 4.7.1 Objetivo

- Cumprir o que preceitua a Lei Estadual nº 23.573/2020, que determina ao DETRAN/MG, a divulgação trimestral, em seu sítio eletrônico e no Portal da Transparência, os valores arrecadados com multas de trânsito, bem como a destinação desses recursos.

### 4.7.2 Impactos Esperados

- Permitir que a sociedade acompanhe a evolução dos valores arrecadados com multas de trânsito e a aplicação desses recursos pelo Estado de Minas Gerais.

#### 4.8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (TÓPICO ESPECÍFICO PARA SEF/MG)<sup>19</sup>

##### 4.7.3 Legislação

- Lei Estadual nº 23.573/2020.

##### 4.7.4 Frequência de atualização

- Trimestralmente (janeiro, abril, julho, outubro) divulgar no sítio eletrônico do DETRAN/MG os valores arrecadados com multas de trânsito e a aplicação desses recursos;
- Trimestralmente (janeiro, abril, julho, outubro) enviar a planilha em formato CSV para o e-mail [transparencia@cge.mg.gov.br](mailto:transparencia@cge.mg.gov.br), da Superintendência Central de Transparência para publicação no Portal de Dados Abertos.

##### 4.7.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações sobre os valores arrecadados pelo Departamento de Trânsito de Minas Gerais – DETRAN/MG com multas de trânsito, bem como a destinação desses recursos.

- Acesse aqui os valores arrecadados com multas de trânsito ([link para acesso](#) ou [pdf do documento](#)).
- Acesso aqui as informações sobre a destinação dos recursos arrecadados com multas de trânsito ([link para acesso](#) ou [pdf do documento](#)).

#### 4.8 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (TÓPICO ESPECÍFICO PARA SEF/MG)

##### 4.8.1 Objetivo

- Cumprir o que determina o art. 4º da Lei Estadual nº 23.510/2019 de divulgar semestralmente relatório referente às dívidas e aos créditos tributários compensados, contendo: a listagem das dívidas compensadas, os valores de ICMS compensados, a previsão para liquidação da dívida, o quantitativo da dívida compensada pelos créditos tributários vincendos com as respectivas origens, o montante correspondente à parcela da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios e o montante correspondente à parcela destinada ao FUNDEP.

### 4.8.2 Impactos Esperados

- Permitir que a sociedade acompanhe a evolução das dívidas e dos créditos tributários compensados.

### 4.8.3 Legislação

- Lei Estadual nº 23.573/2020 – art. 4º.

### 4.8.4 Frequência de atualização

- Semestralmente, em junho e dezembro de cada ano: divulgar no sítio eletrônico da SEF/MG;
- Semestralmente, em junho e dezembro de cada ano: enviar a planilha em formato CSV, para o e-mail [transparencia@cge.mg.gov.br](mailto:transparencia@cge.mg.gov.br), da Superintendência Central de Transparência para publicação no Portal de Dados Abertos.

### 4.8.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações sobre as dívidas e os créditos tributários compensados pelo Estado de Minas Gerais.

- Acesse aqui a lista das dívidas compensadas
- Acesse aqui os valores de ICMS compensados
- Acesse aqui a previsão para liquidação da dívida
- Acesse aqui o quantitativo da dívida compensada pelos créditos tributários vincendos com as respectivas origens
- Acesse aqui o montante correspondente à parcela da arrecadação do ICMS pertencente aos município
- Acesse aqui o montante correspondente à parcela destinada ao FUNDEP

## 4.9 Compras e Contratos

### 4.9.1 Objetivo

- Divulgar informações sobre os processos de compras para aquisição de materiais e serviços nos órgãos e entidades do Estado de Minas Gerais, bem como informações sobre os contratos celebrados entre o Estado e terceiros, incluindo os atos relativos a dispensa ou inexigibilidade de licitação.

### 4.9.2 Impactos Esperados

- Permitir o acompanhamento da execução dos contratos firmados pela Administração Pública;
- Ampliar a participação da sociedade nos procedimentos licitatórios.

### 4.9.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 8, §1º, inc. IV;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. V;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 7º, inc. VI;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. IV e art. 26, inc. IV;
- Lei Estadual nº 23.569/2020 – art. 1º, inc. I e art. 2º.

### 4.9.4 Frequência de atualização

- Sempre que novas licitações foram publicadas;
- Sempre que novos contratos forem assinados;
- Periodicamente, verificar os links de acesso ao Portal da Transparência e ao Portal de Compras.

### 4.9.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações relativas aos processos de compras estaduais para aquisição de materiais e serviços, bem como os contratos firmados entre o Estado e terceiros.

#### **Compras e Contratos**

Acesse o Portal de Compras para conferir os Procedimentos Licitatórios em andamento no(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

Acesse os processos de compras concluído pelo(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

Consulte e emita o Certificado de Regularidade para Participar de Licitações Públicas no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

## 4.10 PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS ENVIADOS PARA O TCE/MG (TÓPICO ESPECÍFICO)

### 4.10.1 Objetivo

- Cumprir o disposto no art. 1º da Lei Estadual nº 23.569/2020, que determina a publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade dos atos administrativos e documentos relativos a procedimentos licitatórios que, por determinação legal ou decisão específica do Tribunal de Contas a estes devam ser encaminhados.

### 4.10.2 Impactos Esperados

- Permitir o acompanhamento pela sociedade dos procedimentos licitatórios enviados ao TCE/MG.

### 4.10.3 Legislação

- Lei Estadual nº 23.569/2020 – art. 1º, caput.

### 4.10.4 Frequência de atualização

- Sempre que forem solicitados pelo Tribunal de Contas atos administrativos e documentos relativos a procedimentos licitatórios.

### 4.10.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações relativas aos atos e procedimentos licitatórios enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 1º da Lei Estadual nº 23.569/2020.

- Procedimento Licitatório X (informar o tipo de procedimento licitatório e número)
  - Lista dos documentos encaminhados, com link para acesso ou pdf do documento.

## 4.11 Convênios, Repasses e Transferências

### 4.11.1 Objetivo

- Divulgar informações sobre os convênios, repasses e transferências de recursos por meio de convênios de saída, termos de colaboração e fomento, termos de parceria, resoluções e outros instrumentos congêneres;
- Divulgar informações sobre concessões e permissões, nos termos do inc. III, parágrafo único, art. 1º da Lei Estadual nº 23.569/2020.

### 4.11.2 Impactos Esperados

- Permitir que a sociedade acompanhe os registros de repasses e transferências de recursos financeiros;
- Permitir que a sociedade acompanhe as concessões e permissões firmadas pelo Estado de Minas Gerais.

### 4.11.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 8, §1º, inc. II;
- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. III;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 7º, inc. IV;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. III e art. 26, inc. V;
- Lei Estadual nº 23.569/2020 – art. 1º, inc. II e III.

### 4.11.4 Frequência de atualização

- Periodicamente, verificar o link de acesso ao Portal da Transparência, para os convênios, repasses e transferências disponíveis na consulta de Convênios/Parcerias de Saída de Recursos.
- Sempre que forem celebrados convênios, repasses e transferências de recursos financeiros que não estejam incluídos na consulta de Convênios/Parcerias de Saída de Recursos do Portal da Transparência.
- Periodicamente, verificar o link de acesso ao Portal das PPP.

### 4.11.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações referentes às transferências de recursos públicos realizados pelo Estado por meio de convênios de saída, termos de colaboração e fomento, termos de parceria, resoluções e outros instrumentos congêneres com os órgãos ou entidades públicas ou entidades privadas sem fins lucrativos.

- Acesse os Convênios de Saída de Recursos e termos de colaboração e fomento do Estado, incluindo os do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).
- Acesse os Termos de Concessões – PPP realizados por meio de Parcerias Públicos Privadas, incluindo os do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

Acesse abaixo as transferências de recursos realizadas por meio de resoluções, termos de parceria e outros instrumentos congêneres que não constam na consulta de Convênios/Parcerias de Saída de Recursos do Portal da Transparência e na consulta de PPP: - O órgão ou entidade deverá disponibilizar o acesso aos documentos de transferências de recursos públicos realizadas pelo Estado, que não estejam disponíveis na consulta de Convênios de Saída do Portal da Transparência.

**OBSERVAÇÃO:** Na ausência de convênios e parcerias de saída de recursos, o órgão ou entidade deverá informar que no momento não existe conteúdo para ser publicado e direcionar para a consulta “Convênios/Parcerias de Saída de Recursos” do Portal da Transparência.

## 4.12 Doações, Comodatoss e Cooperações (TÓPICO ESPECÍFICO)

### 4.12.1 Objetivo

- Cumprir o disposto no art. 18 do Decreto Estadual nº 47.611/2019, que determina a publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade dos programas, projetos e relações das doações e comodatoss celebrados, contendo informações sobre: nome do doador ou comodante; CNPJ ou CPF do doador ou comodante; objeto da doação ou comodato e, quando for o caso, seu quantitativo; a vigência do comodato; o valor estimado do bem ou serviço doado ou oferecido em comodato.

### 4.12.2 Impactos Esperados

- Permitir que a sociedade acompanhe as doações de bens e serviços ao Estado de Minas Gerais.
- Facilitar a localização dos registros de doações de bens e serviços.

### 4.12.3 Legislação

- Decreto Estadual nº 47.611/2019 - art. 17 e 18.



#### 4.12.4 Frequência de atualização

- Sempre que forem recebidas doações ou comodatos pelos órgãos/entidades, divulgar no próprio sítio eletrônico;
- Sempre que forem recebidas doações ou comodatos, enviar a planilha em formato CSV para o e-mail [transparencia@cge.mg.gov.br](mailto:transparencia@cge.mg.gov.br), para a Superintendência Central de Transparência para publicação em formato aberto.

#### 4.12.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas a relação das doações e comodatos para o Governo de Minas Gerais, em consonância com o art. 18 do Decreto nº 47.611/2019.

- Acesse aqui a relação das doações e comodatos para o Governo de Minas Gerais, por meio do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

### 4.13 Pessoal

#### 4.13.1 Objetivo

- Divulgar a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada.
- Divulgar as informações sobre os proventos de aposentadoria dos servidores inativos e de pensões pagas pelo Estado de Minas Gerais.
- Divulgar a íntegra dos editais de concursos públicos para provimentos de cargos e a relação dos aprovados em concurso público.

#### 4.13.2 Impactos Esperados

- Permitir o acesso as informações sobre os gastos de pessoal do Estado de Minas Gerais com os servidores ativos, inativos e com pensionistas.
- Permitir o acompanhamento dos concursos públicos realizados pelo Estado de Minas Gerais e as suas nomeações.

#### 4.13.3 Legislação

- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 7º, §3º, inc. VI;

- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 4º, inc. VIII;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016, art. 26, inc. VI;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016, art. 26, inc. VI conjugado com o anexo IV (Texto Padrão Menu Transparência);

#### 4.13.4 Frequência de atualização

- Periodicamente, verificar os links de acesso ao Portal da Transparência;

#### 4.13.5 Texto Padrão

Nesta seção são disponibilizadas informações (nome, matrícula, cargo, lotação e remuneração) sobre os servidores públicos ativos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada. São disponibilizadas também as informações sobre os proventos de aposentadoria dos servidores inativos e dos pensionistas do Estado de Minas Gerais.

- Acesse a Remuneração dos Servidores públicos ativos, inativos e pensionistas, incluindo os do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

Nesta seção são disponibilizadas também informações sobre os concursos públicos estaduais, incluindo os do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

- Acesse os Concursos Públicos em Andamento, disponíveis na página da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.
- Acesse abaixo a lista dos Concursos Realizados pelo próprio órgão/entidade.

**OBSERVAÇÃO:** Na ausência de Concursos Públicos realizados ou em andamento, o órgão ou entidade deverá informar que no momento não existe conteúdo a ser publicado e direcionar para a consulta “Concursos Realizados” do Portal da Transparência e/ou “Concursos Públicos em Andamento” do sítio da SEPLAG.

### 4.14 Dados Abertos

#### 4.14.1 Objetivo

- Divulgar o maior número de base de dados em formato aberto para que qualquer pessoa possa livremente acessar, utilizar, modificar e compartilhar

har para qualquer finalidade, estando sujeita no máximo a indicação da fonte da base de dados.

#### 4.14.2 Impactos Esperados

- Contribuir para o aumento da transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle social das ações governamentais.
- Permitir a construção de novas aplicações e conhecimentos pela sociedade.

#### 4.14.3 Legislação

- Decreto Federal nº 7.724/2012 – art. 8º, inc. III e IV;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 8º, inc. II e III;
- Resolução SEPLAG nº 29/2016 – art. 25, inc. VIII e art. 26, inc. VII.

#### 4.14.4 Frequência de atualização

- Periodicamente, verificar o link de acesso ao Portal de Dados Abertos.

#### 4.14.5 Texto Padrão

Dados abertos governamentais são os dados públicos, produzidos ou sob a tutela do governo, que são disponibilizados ao cidadão em formato bruto e aberto, compreensíveis logicamente, de modo a permitir sua reutilização em aplicações desenvolvidas pela sociedade.

O Estado de Minas Gerais, por meio do Portal Dados Abertos disponibiliza a sociedade as bases de dados em formato aberto, os quais podem ser utilizados, modificados e compartilhados.

### 4.15 Participação Social

#### 4.15.1 Objetivo

- Criar um local único e padronizado que concentre as informações sobre participação social.

#### 4.15.2 Impactos Esperados

- Fomentar o diálogo com a população e promover a participação social.
- Permitir a participação da sociedade na construção de políticas públicas.

### 4.15.3 Legislação

- Lei Federal nº 12.527/2011 – art. 9º, inc. II;
- Decreto Estadual nº 45.969/2012 – art. 14, §6º.

### 4.15.4 Frequência de atualização

- Periodicamente, sempre que surgirem novas informações sobre participação social.

### 4.15.5 Texto Padrão

Conheça os espaços existentes e as atividades desenvolvidas pelo(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE) para fomentar o diálogo com a população e a participação social na construção das políticas públicas.

Tópicos que podem ser incluídos nessa seção, de acordo com as especificidades de cada órgão/entidade:

- Conselhos e Órgãos colegiados
- Conferências
- Audências Públicas
- Consultas Públicas
- Fundos Vinculados
- Ações de promoção da Cidadania

## TÓPICO DE DIVULGAÇÃO OPCIONAL

## 4.16 Convênios de Entrada de Recursos

### 4.16.1 Texto Padrão:

Nesta seção são disponibilizadas informações referentes à transferência de recursos públicos para os órgão e entidades do Estado de Minas Gerais por meio de convênios de entrada.

- Acesse os Convênios de Entrada de Recursos, incluindo os do(a) (NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE).

## **4.17 Bens e Serviços**

### **4.17.1 Texto Padrão:**

Nesta seção são disponibilizados dados da frota de veículos terrestres que estão a serviço do Estado, incluindo informações sobre a manutenções e abastecimentos desses veículos e também informações sobre o patrimônio mobiliário do Estado, incluindo os bens que se encontram em uso ou não, podendo as consultas serem realizadas por órgão ou entidade.

- Acesse a listagem dos Bens Móveis do Estado de Minas Gerais.
- Acesse a Frota do Estado de Minas Gerais.





## Chapter 5

# DISPOSITIVOS LEGAIS

TRANSPARÊNCIA DOS SÍTIOS ELETRÔNICOS DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL			
Seção	Item	Subitem	Fundamento
TRANSPARÊNCIA	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI)	Solicitação de acesso à informação	* Constituição Federal de 1988: art. 5º, XXXII e art. 37, § 3º, II * Lei Federal 12.527/11: art. 6º, incisos I e II; art. 19º, inciso I e art. 10º, § 2º * Decreto 45.969/12: art. 6º * Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso I
		Relatório Estatísticos	* Lei Federal 12.527/11: art. 30, inciso III * Decreto 45.969/12: art. 40, inciso III * Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso V
		Perguntas Frequentes	* Lei Federal 12.527/11: art. 3º, § 1º, VI e § 2º
	INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS		* Lei Federal 12.527/11: art. 30, incisos I e II * Decreto 45.969/12: art. 46, inciso I e II * Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso VII e art. 26, inciso VIII
	PROGRAMAS E AÇÕES	Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)	* Lei Complementar 101: art. 48 * Lei Federal 12.527/11: art. 7º, inciso VI e art. 8º, § 1º, inciso V * Decreto 45.969/12: art. 3º, inciso VII * Resolução Seplog 29/16: art. 26, incisos I e art. 26, inciso II
		Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	
		Lei Orçamentária Anual (LOA)	
		Obras	
	DESPESAS E RECEITAS	Despesas	* Lei complementar 101: art. 48-A * Lei Federal 12.527/11: art. 3º, § 1º, inciso III * Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso III
		Receitas	
	COMPRAS E PATRIMÔNIO	Compras e contratos	* Lei Federal 12.527/11: art. 3º, § 1º, inciso IV * Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso IV e art. 26, inciso IV * Nome do item alterado pela OGE para consulta de compras e contratos do Portal de Transparência
	CONVÊNIOS PARCERIAS DE SAÚDE RECURSOS	Convênios / Parcerias de recursos de saúde	* Lei Federal 12.527/11: art. 3º, § 1º, inciso II * Resolução Seplog 29/16: art. 26, incisos III, VI e art. 26, inciso V
		Demais transferências de recursos públicos realizadas pelo Estado	
TRANSPARÊNCIA	CONVÊNIOS DE ENTRADA RECURSOS		* Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso VI
	SERVIDORES PÚBLICOS		* Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 652.777 * Decreto 45.969/12: art. 4º, inciso VIII * RESOLUÇÃO SEPLOG 29/16: art. 26, inciso VI
	CONCURSOS PÚBLICOS		Item inserido em virtude do alto número de informações solicitadas por meio da LAI sobre concursos públicos.
	DADOS ABERTOS		* Resolução Seplog 29/16: art. 26, inciso VIII e art. 26, inciso VI * Resolução OGE 2014: art. 4º



## Chapter 6

# FERRAMENTAS E ASPECTOS TECNOLÓGICOS DOS SÍTIOS INSTITUCIONAIS

Os órgãos e entidades deverão observar os requisitos mínimos para disponibilização das informações nos sítios institucionais, conforme determina o art. 8º da Lei Federal nº 12.527/2011:

- **6.1** Ferramentas de pesquisa de conteúdo: o sitio institucional deverá possuir ferramenta de pesquisa por palavra em todo o conteúdo;
- **6.2** Gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários: os dados deverão estar disponíveis para download em formatos abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise de informações;
- **6.3** Acesso automatizado por sistemas externos: possibilitar que os dados sejam acessados de forma automatizada por sistemas externos, em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina. Exemplo: Os dados disponíveis deverão ser acessados por sistemas externos sem qualquer tipo de intervenção humana direta, tais como a utilização de API;
- **6.4** Indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, como o órgão ou entidade detentora do sítio; e

- **6.5** Acessibilidade ao conteúdo para pessoas com deficiência: adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência. Exemplo: O menu principal deverá estar no topo da página, ser acessível por meio de teclado e sem a necessidade de rolagem de página.